



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
CELEBRADO EM 21.09.2017, ENTRE O  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
E A EMPRESA CTIS TECNOLOGIA S/A.  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8516326-  
33.2019.8.06.0000).**

**AD5/CT N.º 28/2017**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, em Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo, e por sua Secretária de Tecnologia da Informação, Denise Maria Norões Olsen, e a empresa **CTIS TECNOLOGIA S/A**, com endereço no SCS Quadra 08, Bloco B 50, Venâncio 2000, Loja 14, 2º Subsolo, Parte A, em Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.644.731/0001-32, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Diretor Vice-Presidente de Finanças, Jorge David Ramirez Scott, portador da cédula de identidade n.º RNE V5527655 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 233.004.628-60, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram ADITIVO ao Contrato firmado em 21.09.2017, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

***Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal***

O presente Termo fundamenta-se:

- a) na manifestação da contratada, datada de 28.08.2019;
- b) na solicitação da Secretária de Tecnologia da Informação do TJCE, através do Memorando n.º 218/2019-SETIN, datado de 29/08/2019;
- c) nas disposições contidas no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
- d) no parecer da Consultoria Jurídica, datado de 09/09/2019, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Des. Presidente.

***Cláusula Segunda – Do Objeto***

Constitui objeto deste Termo prorrogar o contrato cujo objeto refere-se **a prestação de serviços técnicos de análise, diagnóstico e resolução de incidentes e problemas de sistemas (atendimento de 3º nível), objetivando regularizar o funcionamento dos aplicativos ou rotinas afetados, incluindo as atividades de suporte à homologação de sistemas, suporte à validação de métricas e qualidade, suporte à arquitetura de software, suporte a portais e suporte a sistemas de**





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

*informação, executados sob demanda, limitada aos quantitativos anuais, durante o período de 12 (doze) meses, prorrogáveis conforme possibilidades definidas na Lei n. 8.666/1993, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), por 02 (dois) meses, com início em 21 de setembro de 2019 e término em 21 de novembro de 2019, estando resguardado o direito ao reajuste/repactuação em momento oportuno.*

**Cláusula Terceira – Da Ratificação**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, estando os partícipes de pleno acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, 19 de SETEMBRO de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
**Washington Luis Bezerra de Araújo**

**Desembargador Presidente do TJCE – CONTRATANTE**

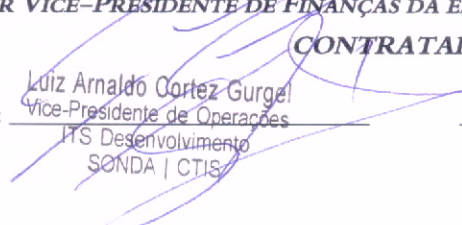
  
\_\_\_\_\_  
**Denise Maria Norões Olsen**

**Secretária de Tecnologia da Informação do TJCE**

  
\_\_\_\_\_  
**Jorge David Ramirez Scott**

**DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS DA EMPRESA CTIS TECNOLOGIA S/A –  
CONTRATADA**

Testemunhas:

  
\_\_\_\_\_  
Luiz Arnaldo Cortez Gurgel  
Vice-Presidente de Operações  
ITS Desenvolvimento  
SONDA | CTIS